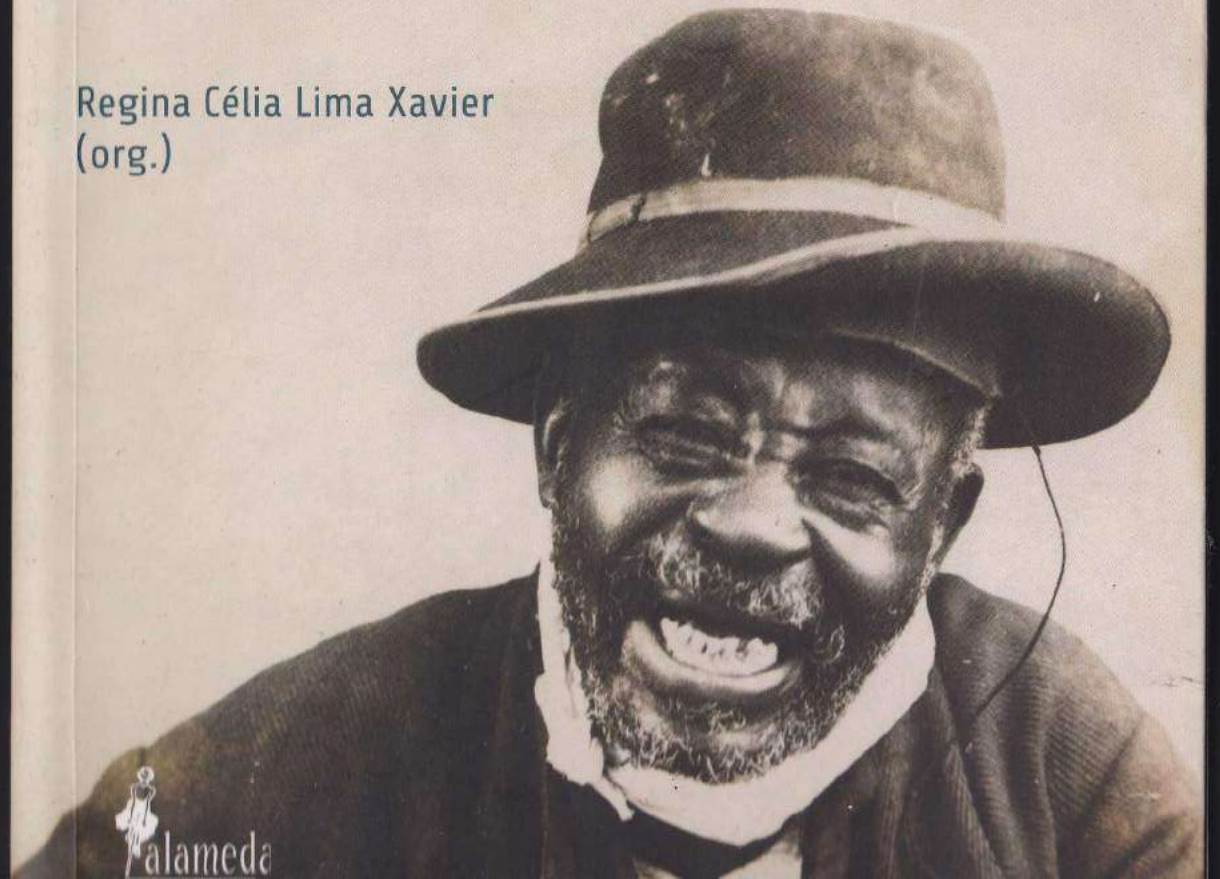
ESCRAVIDÃO E LIBERDADE

Temas, problemas e perspectivas de análise

Regina Célia Lima Xavier
(org.)



alameda

Copyright © 2012 Regina Célia Lima Xavier

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

PUBLISHERS: Joana Monteleone/Haroldo Ceravolo Sereza/Roberto Cosso
EDIÇÃO: Joana Monteleone
EDITOR ASSISTENTE: Vitor Rodrigo Donofrio Arruda
PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO: Allan Rodrigo/ João Paulo Putini
REVISÃO: João Paulo Putini
ASSISTENTE DE PRODUÇÃO: Allan Rodrigo
CAPA: Patrícia Jatobá/Allan Rodrigo

IMAGENS DA CAPA
Acervo do Museu Joaquim Felizardo/Fototeca Sioma Breitman.
Imagem maior (abaixo): Virgilio Calegari, *Bernadim Betobeto*, s.d.;
Acima, da direita para a esquerda: 1ª) Virgilio Calegari, s.d.; 2ª) Virgilio Calegari, estimada do final do século XIX e início do XX; 3ª) Lunara, *Deixa disso, Nho Joao*. Série negros libertos, 1900.

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

346

Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional (5.: 2011: Porto Alegre, RS)
ESCRAVIDÃO E LIBERDADE: TEMAS, PROBLEMAS E PERSPECTIVAS DE ANÁLISE
Regina Célia Lima Xavier (org.).
São Paulo: Alameda, 2012.
386p.

V Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul em maio de 2011, contou com o auxílio da CAPES e do CNPq.

ISBN 978-85-7939-138-5

1. Escravidão - Brasil, Sul - História - Congressos. 2. Escravos - Brasil, Sul - Condições sociais - Congressos. 3. Brasil, Sul - História - Congressos. I. Xavier, Regina Célia Lima. II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. III. CNPq. IV. Brasil. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

1446. CDD: 981.6
CDU: 94(816)

035797

ALAMEDA CASA EDITORIAL
Rua Conselheiro Ramalho, 694, Bela Vista
CEP 01325-000 – São Paulo, SP
Tel. (11) 3012-2400
www.alamedaeditorial.com.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 7

PARTE I. A ESCRAVIDÃO EM UM CONTEXTO GLOBAL 17

1. A abolição como um discurso de apreensão cívica: escravidão como abominação pública – JOSEPH C. MILLER 19

2. No jogo das cores: liberdade e racialização das relações sociais na América portuguesa setecentista – SÍLVIA HUNOLD LARA 69

PARTE II. REDES SOCIAIS, MOBILIDADE SOCIAL: ANÁLISE DO COMPADRIO 95

3. O uso dos registros batismais para o estudo de hierarquias sociais no período de vigência da escravidão – MARTHA DAISSON HAMEISTER 97

4. A geografia do compadrio cativo: Viamão, Continente do Rio Grande de São Pedro, 1770-1795 – BRUNA SIRTORI & TIAGO LUÍS GIL 123

5. Os escravos do Marechal e seus compadres: hierarquia social, família e compadrio no sul do Brasil (c. 1820 – c. 1855) – LUÍS AUGUSTO EBLING FARINATTI 143

PARTE III. COMÉRCIO DE ESCRAVOS 177

6. Clandestino e ilegal: o contrabando de escravos na Colônia do Sacramento (1740-1777) – FÁBIO KÜHN 179

7. Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790 – c. 1830: tráfico negreiro e conjunturas atlânticas – GABRIEL SANTOS BERUTE 207

8. A persistência da escravidão: população, economia e o tráfico interprovincial (Província de São Pedro, segunda metade do século XIX) – THIAGO LEITÃO DE ARAÚJO 229

9. Comércio de escravos no Rio Grande do Sul (1850-1888): transferências intra e interprovinciais e perfis de cativos negociados em cinco municípios gaúchos – RAFAEL DA CUNHA SCHEFFER 255

e Porto Alegre, apresentaram fortes ligações com comerciantes radicados na Corte. Ao mesmo tempo, Alegrete e Cruz Alta, no interior da Província, construíram suas relações de forma diferenciada, seja por uma forte ligação com Pelotas, mas também com a capital da Província, seja por conexões diretas com a Província de São Paulo: o que fortalece a ideia da transferência por terra de cativos, juntamente com o transporte de tropas.

Bibliografia

ARAÚJO, Thiago Leitão. *Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila da Cruz Alta, Província do Rio Grande de São Pedro, 1834-1884)*. Dissertação de mestrado. PPGH/UFRGS, Porto Alegre, 2008.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FARINATTI, Luís Augusto E. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Tese de Doutorado, PPGH-UFRJ. Rio de Janeiro, 2007.

GRAHAM, Richard. "Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil". *Afro-Ásia*, 27 (2002).

MOTTA, José Flavio. *Escravos daqui, dali e de mais além: o tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista (Areias, Guaratinguetá, Constituição/Piracicaba e Casa Branca, 1961-1887)*. Tese de Livre docência, PPG Economia/USP. São Paulo, 2010.

NOGUERÓL, Luiz Paulo Ferreira. *Sabará e Porto Alegre na formação do mercado nacional no século XIX*. 2003. Tese de Doutorado, PPG Economia/Unicamp. Campinas, 2003.

SLENES, Robert W. *The demography and economics of Brazilian slavery: 1850-1888*. Tese de Doutorado, Stanford University, 1976.

_____. "The Brazilian internal slave trade, 1850-1888: Regional economies, slave experience and the politics of a peculiar market". In: JOHNSON, Walter (ed.). *The Chattel Principle: internal slave trade in the Americas*. New Haven: Yale University Press, 2004.

Das charqueadas para os cafezais? O tráfico interprovincial de escravos envolvendo as charqueadas de Pelotas (RS) entre as décadas de 1850 e 1880[1]

JONAS MOREIRA VARGAS[2]

AO LONGO DE QUASE TODO O SÉCULO XIX, o charque foi o produto-rei da economia rio-grandense e permaneceu no topo das suas exportações. Anualmente, centenas de tropas de animais eram enviadas de diversas localidades da Província até Pelotas, o grande núcleo charqueador da região. Durante os oitocentos, funcionaram no município (mas não ao mesmo tempo) cerca de 43 destes estabelecimentos. Fundamental na alimentação dos escravos das *plantations* do sudeste e nordeste do país, o charque ainda foi responsável por aprofundar a integração dos mercados do sul com o restante do Brasil. Na época das safras, inúmeras embarcações entravam no porto da cidade vizinha de Rio Grande abarrotadas de sal e mercadorias diversas e retornavam com muitas toneladas de charque e couros. Como resultado deste circuito mercantil, Pelotas foi cenário da formação de uma das elites mais ricas da região. Os charqueadores constituíram sua fortuna com base no trabalho de sua numerosa escravaria e qualquer ameaça a estas relações de produção poderia prejudicar demasiadamente os seus negócios.[3]

Pelotas apresentou uma das maiores concentrações de população negra do sul do Império. Em 1814, cerca de 50,7% dos seus habitantes eram escravos e somente

1 Agradeço a Robert Slenes, Beatriz Mamigonian e Thiago Araújo pelos comentários e sugestões a esta pesquisa no V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, realizado na UFRGS, entre os dias 11 e 13 de maio de 2011.

2 Doutorando em História Social (UFRJ); jonasmvargas@yahoo.com.br.

3 Estes 43 estabelecimentos de charqueada tratavam-se de um número diminuto se comparado às centenas de estâncias de criação de gado e casas de comércio espalhadas pela Província. Apesar do pouco número, a riqueza dos charqueadores era superior a destes últimos, assim como seus plantéis de escravos, bem maiores que o dos mesmos.

30% de sua população era branca. Em 1833, este índice havia permanecido quase o mesmo.[4] De acordo com Gabriel Berute, entre 1809/10 e 1824, o desembarque de escravos vindos do Rio de Janeiro apresentou uma grande aceleração.[5] Tal tendência manteve-se forte na passagem da década de 1820 para a seguinte, o que, conforme Berute, denota certa correlação com os ritmos do tráfico atlântico estudados por Manolo Florentino.[6] Como o Rio Grande do Sul não participava diretamente do tráfico atlântico, desde a década de 1780 os charqueadores da região tornaram-se dependentes dos cativos vindos do Rio de Janeiro. Neste sentido, a montagem do complexo charqueador e seus anos iniciais (1780-1830) só foi possível mediante esta vinculação com o capital mercantil carioca.[7]

4 Gutierrez, Ester J. B. *Negros, charqueadas & olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. Dissertação de mestrado. PPGH/PUC-RS, Porto Alegre, 1993, p. 182.

5 Berute, Gabriel Santos. O tráfico negreiro no Rio Grande do Sul e as conjunturas do tráfico atlântico, c. 1790 – c. 1830. *Anais do V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Porto Alegre: UFRGS, 2011. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br>. Conforme Helen Osório, entre 1808 e 1820, o Rio Grande do Sul importou 14.098 escravos, sendo mais de 85% vindos do Rio de Janeiro. Osório, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da Estremadura Portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Tese de Doutorado, PPGH/UFF. Niterói, 1999, p. 197. Este número deve ter sido maior, talvez chegando perto dos 20.000, pois a autora não obteve dados para os anos de 1816, 1817 e 1818.

6 Berute, *op. cit.*, p. 1-2; Florentino, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

7 Osório, *op. cit.*; Fragoso, João L. R. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

MAPA 1 – Localização de Pelotas (núcleo charqueador) – 1875

Fonte: Produzido a partir de Felizardo, Julia Netto (Org.). *Evolução administrativa do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: FEE, 1981

Neste sentido, o surgimento de novas fábricas de charquear alimentava o tráfico de escravos, pois as mesmas demandavam muita mão de obra. É provável que às vésperas da Guerra dos Farrapos as charqueadas de Pelotas concentrassem entre 2.000 e 2.500 cativos. De acordo com Gabriel Berute, o ápice do desembarque de escravos no Rio Grande se dava no verão, seguido da primavera, ou seja, exatamente na época em que se iniciava

a matança de gado nas charqueadas, o que demonstra um dos motivadores destes fluxos.[8] Entretanto, a extinção do tráfico atlântico, em 1850, provocou uma grande diminuição na oferta de africanos cativos. Em 1871, a Lei do Ventre Livre trouxe uma nova ameaça e, por este motivo, foi duramente combatida pelos charqueadores. Como se sabe, nos anos posteriores, a escravidão foi perdendo sua legitimidade, mas só veio a definhar completamente nos fins da década de 1880.

Buscando remediar o fim do tráfico atlântico, desde a década de 1850, comerciantes e fazendeiros de todo o Brasil estimularam um crescente comércio interno de escravos, seja de algumas Províncias para outras, seja no interior das próprias Províncias. O conjunto destas transações ficou conhecido como tráfico *interprovincial* e *intra-provincial* de escravos. Diversos autores analisaram estes fluxos mercantis, revelando que as Províncias cafeicultoras do sudeste drenaram um enorme contingente de cativos das Províncias do nordeste.[9] Comparando dados populacionais de 1819 e 1872, João Fragoso verificou a transferência definitiva do eixo econômico brasileiro do nordeste açucareiro para o sudeste cafeeiro. Em 1819, o nordeste tinha 51,2% dos escravos do país, enquanto, em 1872, o sudeste passou a deter 59% dos mesmos.[10] O tráfico terrestre, pelos sertões nordestinos, também foi intenso. Centenas de escravos foram levados através das vias interioranas da

8 Berute, Gabriel S. *Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790- c. 1825*. Dissertação de mestrado. PPGH/UFRGS, Porto Alegre, 2006, p. 50.

9 Ver, por exemplo, Conrad, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil – 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978; Slenes, Robert W. *The demography and economics of Brazilian slavery: 1850-1888*. Tese de doutorado em História. Stanford University, Stanford, 1976; Martins Filho, Amilcar; Martins, Roberto B. "Slavery in a Nonexport Economy: nineteenth-Century Minas Gerais revisited". *The Hispanic American Historical Review*, vol. 63, n. 3, p. 537-568; Mello, Evaldo Cabral de. *O norte agrário e o Império (1871-1889)*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999; Motta, José Flávio; Marcondes, Renato. "O comércio de escravos no Vale do Paraíba Paulista: Guaratinguetá e Silveiras na década de 1870". *Estudos Econômicos*, vol. 30, abr./jun. 2000, p. 267-299; Graham, Richard. "Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil". *Afro-Ásia*, n. 27, 2002, p. 121-160; Slenes, Robert. "The Brazilian internal slave trade (1850-1888). Regional economies, slave experience and the politics of a peculiar market". In: Johnson, W. *The Chattel Principle. Internal slave trades in the Americas*. Londres: Yale University Press, 2004, p. 325-370.

10 Fragoso, João L. R. "O Império escravista e a República dos plantadores: Economia brasileira no século XIX, mais do que uma *plantation* escravista-exportadora". In: Linhares, Maria Yedda (org.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990, p. 144.

Bahia até serem vendidos em Minas e São Paulo. Por conta disto, a Província baiana foi uma das que mais perdeu escravos no período.[11]

Até pouco tempo, a maioria dos estudos sobre esta temática analisaram as Províncias agroexportadoras. Em contrapartida, as regiões com uma economia mais voltada para o abastecimento do mercado interno eram quase que exclusivamente vistas como perdedoras de escravos no interior destes circuitos. Recentemente, novas pesquisas vêm dedicando-se a investigar mais profundamente estas regiões, onde plantéis bem menores compunham o patrimônio das elites locais.[12] No caso do Rio Grande do Sul, a visão que destaca somente a perda de escravos ganhou força com o estudo de Robert Conrad. De acordo com o autor, a Província foi de longe a que mais perdeu cativos na década de 1870.[13]

A obra de Conrad acabou tornando-se referência fundamental sobre o tema e induziu os historiadores a interpretarem outros dados estatísticos à luz de suas contribuições. Amparando-se no censo geral de 1872, muitos encontraram estatísticas bastante contundentes para sustentar a suposta perda de escravos no Rio Grande do Sul, ainda na década de 1860. Em 1872, a população cativa recenseada na Província foi de 67.791 escravos. Já os indicadores de 1863 apresentavam 77.419 cativos, ou seja, num intervalo de 9 anos, o Rio Grande do Sul teria subtraído quase 10 mil escravos – mais de mil por ano.[14] O mesmo vale para a população cativa de Pelotas. Se em 1858 o município possuía 4.788 escravos, no censo de 1872 apresentava uma população cativa de 3.575, ou seja, 1.213 a menos.

Seguindo estas estatísticas, pesquisadores que se dedicaram ao estudo das charqueadas de Pelotas, de longe as unidades produtivas com os maiores plantéis de

11 Silva, Ricardo Tadeu Caires. *A participação da Bahia no tráfico interprovincial de escravos (1851-1881)*. *Anais do III Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, 2007. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br>.

12 Ver, por exemplo, Flausino, Camila Carolina. *Negócios da Escravidão: tráfico interno de escravos em Mariana, 1850-1886*. Dissertação de mestrado. PPGH/UFJF, Juiz de Fora, 2006; Scheffer, Rafael da Cunha. *Tráfico inter-provincial e comerciantes de escravos em Desterro, 1849-1888*. Dissertação de mestrado. PPGH/UFSC, Florianópolis, 2006; Araújo, Thiago Leitão de. *Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila de Cruz Alta, Província do Rio Grande do Sul, 1834-1884)*. Dissertação de mestrado. PPGH/UFRGS, Porto Alegre, 2008.

13 Conrad, *op. cit.*, p. 351.

14 Ver Censo geral de 1872 (disponível em: http//www.ibge.gov.br). Relatório do Presidente da Província do Rio Grande do Sul Espiridião Eloy de Barros Pimentel, 1864, p. 46.

escravos da Província, acabaram concluindo que a sua economia teria sido duramente afetada por esta perda de cativos. Berenice Corsetti, por exemplo, considerou que "a partir de 1850, a questão da mão de obra para as charqueadas gaúchas deve ser examinada dentro de um contexto que passou a configurar a conhecida 'crise de braços'". Desde então, o Rio Grande do Sul teria começado a perder cativos para o sudeste, o que "se constituiu em elemento expressivo no processo de desarticulação" da economia charqueadora pelotense.[15] Duas décadas depois, Leonardo Monastério defendeu que a "realocação" da mão de obra do Rio Grande do Sul para o sudeste cafeeiro foi uma das principais causas da decadência das charqueadas em Pelotas.[16]

No entanto, o número de escravos contidos no censo geral de 1872 estava longe de corresponder à realidade. Num artigo clássico, Robert Slenes apontou que a população cativa sul-rio-grandense foi bastante subestimada.[17] Analisando dados extraídos dos registros de matrículas dos cativos, anexos aos Relatórios da Diretoria Geral de Estatística do Império, Slenes verificou que, em 1873, o Rio Grande do Sul possuía 83.370 escravos e não os 67.791 arrolados no censo. Portanto, até este ano, o número de cativos na Província teria aumentado e não diminuído, como se acreditava.[18] O mesmo vale para Pelotas. Analisando os relatórios da DGE – os mesmos estudados por Slenes – verifiquei que, em 1873, Pelotas possuía 8.141 escravos e não 3.575, como o censo de 1872 apontava.[19]

15 Corsetti, Berenice. *Estudo da charqueada escravista gaúcha no século XIX*. Dissertação de mestrado.PPGH/UFF, Niterói, 1983, p. 142-144. Esta tese da "crise de braços" na economia rio-grandense (da década de 1860) recebeu uma importante crítica de Thiago Araújo (2008). Estudando Cruz Alta, região de criação de gado e produção ervateira, o autor verificou que o número de cativos deste e de outros municípios aumentou durante este período.

16 Monastério, Leonardo. "A decadência das charqueadas gaúchas no século XIX: uma nova explicação". *Anais do VIII Encontro Nacional de Economia Política*. Florianópolis: SEP, 2003.

17 Slenes, Robert. "O que Rui Barbosa não queimou: Novas Fontes para o Estudo da Escravidão no Século XIX". *Estudos Econômicos*, vol. 13, n. 1, jan./abr. 1983, p. 117-149.

18 Obviamente que uma afirmação sobre o aumento ou a diminuição de escravos entre 1863 e 1873 depende da real população cativa para o primeiro marco temporal. Mas mesmo que as estatísticas de 1863 possam estar subestimadas, os dados da matrícula de 1873 ajudam a refutar qualquer ideia acerca da suposta crise de braços. Neste sentido, ver Araújo, Thiago Leitão de. "Novos dados sobre a escravidão na Província de São Pedro". *V Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Porto Alegre, UFRGS, 2011. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br>, e artigo desta coletânea.

19 *Relatório da Diretoria Geral de Estatística apresentado ao Ministério do Império pelo Conselheiro Manoel Francisco Correa*. Rio de Janeiro: Tipografia Franco-Americana, 1874, p. 187. Este relatório e os citados doravante estão disponíveis no site: http://memoria.nemesis.org.br. (Consultados em 10/06/2011). O

Portanto, a grande queda das estatísticas referentes à população cativa rio-grandense foi posterior a 1873. Na Província inteira, entre 1874 e 1884, esta população diminuiu em 15.302 escravos.[20] É neste período que se intensificou a saída de cativos para o sudeste cafeeiro. Segundo Robert Slenes, a segunda metade da década de 1870 marcou o auge das transferências de cativos para os cafezais do sudeste. Entre 1877 e 1879, de 17% a 25% dos escravos comercializados em Campinas provinham do Rio Grande do Sul. Para o autor, "o declínio da produção escravista de charque" na década de 1870 teria estimulado o fluxo de cativos para a região.[21] De fato, em 1876, Pelotas contava com 7.556 escravos e, em 1884, possuía 5.918.[22] Portanto, a diminuição teria se iniciado em 1874, mas se intensificado entre 1877 e 1884. Contudo, tal afirmação de que houve uma relação direta entre a crise das charqueadas e a saída de cativos precisa ser verificada empiricamente. Para tanto, é necessário analisar qual foi a proporção de cativos alforriados e falecidos entre 1874 e 1884 e se as charqueadas de Pelotas perderam tantos escravos para o tráfico interprovincial. As próximas páginas buscam investigar esta questão, contribuindo, desta forma, com uma história social do tráfico interno.

A concentração de escravos e de riqueza em Pelotas

Em Pelotas, como em diversas regiões do Império, havia não somente uma alta concentração de escravos, como também de riqueza. Dos 201 inventários post-mortem que pesquisei, entre 1850 e 1885, 81 (40%) não possuíam cativos arrolados entre seus bens, o que reforça ainda mais a mencionada concentração dos mesmos no interior da população.[23] Os 120 restantes somavam 1.304 escravos inventariados. No

acesso aos mesmos contou com a gentil indicação de Beatriz Mamigonian e Marcelo Santos Matheus. Thiago Araújo foi um importante interlocutor acerca destes dados. Uma análise das estatísticas referentes ao Rio Grande do Sul pode ser verificada em Araújo, *op. cit.*, 2011.

20 Conrad, *op. cit.*, p. 217.

21 Slenes, Robert. "Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da Província do Rio de Janeiro, 1850-1888". In: Costa, Iraci (org.) *Brasil: história econômica e demográfica*. São Paulo: IPE, USP, 1986, p. 133.

22 *Relatório da Diretoria Geral de Estatística apresentado ao Ministério do Império pelo Conselheiro Manoel Francisco Corrêa*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1878, p. 142; Loner, Beatriz. 1887: A Revolta que oficialmente não houve ou de como abolicionistas se tornaram zeladores da ordem escravocrata. *História em Revista*, Pelotas, vol.3, 1997, p. 30.

23 Para tanto, analisei os inventários entre 1850 e 1890, em intervalos de cinco em cinco anos.

entanto, de acordo com a Tabela 1, 13 deles, ou 10,7%, detinham 54,5% do total da escravaria. Já os proprietários de 5 ou menos escravos, que compunham 60% dos inventariados, possuíam apenas 14,6% dos cativos. Entre os 13 maiores proprietários de escravos estavam 7 charqueadores. Eles eram os únicos a possuírem mais de 100 escravos e perfaziam a metade dos que detinham entre 51 e 100 cativos.

TABELA 1 – Concentração dos plantéis de escravos entre os inventariados (1850-1885)

Tamanho do plantel	Número de inventários	% de inventários	Número de escravos	% de escravos
Mais de 100	2	1,6	218	16,7
De 51 a 100	4	3,3	271	20,8
De 26 a 50	7	5,8	223	17,0
De 16 a 25	17	14,3	263	20,2
De 6 a 10	18	15,0	138	10,7
De 3 a 5	41	34,2	150	11,5
De 1 a 2	31	25,8	41	3,1
Total	120	100%	1.304	100%

Fonte: Inventários post-mortem (APERS)

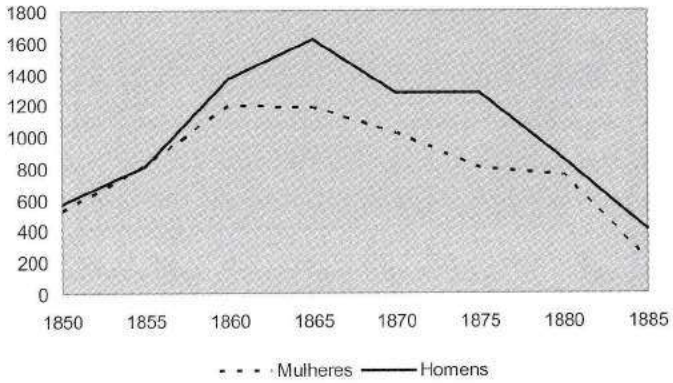
Dos 13 maiores proprietários de escravos citados, 8 estavam entre os 10 mais ricos inventariados, entre 1850 e 1890. A grande parte destas fortunas encontrava-se nas mãos de uma minoria de indivíduos. Estes 10 mais ricos, ou 3,9% dos inventariados, somavam 611.287 libras esterlinas, ou 53,8% do total avaliado.[24] Entre os mais ricos do topo da hierarquia econômica estavam 5 charqueadores, 3 estancieiros e 2 comerciantes. A base desta pirâmide socioeconômica revela que 73,8% dos inventariados detinham apenas 9,9% dos bens avaliados. Levando-se em conta que os inventários sobrerepresentam as camadas mais ricas da sociedade, conclui-se que a concentração de riqueza devia ser ainda maior.

Esta concentração tendeu a acentuar-se com o aumento do preço dos escravos na década de 1860 e a posterior diminuição do número dos mesmos nos fins da década de 1870. De acordo com o Gráfico 1, a média dos preços dos escravos masculinos em idade produtiva quase triplicou entre 1850 e 1865. No primeiro período, eles somavam 570$ e quinze anos depois chegavam à 1:617$. A queda dos preços se iniciou anos depois, chegando a 857$ em 1880 e 400$ em 1885, quando a onda abolicionista já havia libertado

24 Para conversão em libras esterlinas utilizei Mattoso, Kátia de Queiroz. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982, Anexos.

boa parte dos escravos em Pelotas. Nos primeiros 10 anos do gráfico, homens e mulheres cativos equivaliam-se em preços, mas a partir da década de 1860, acentuou-se um distanciamento em favor dos homens. A grande queda do valor destes e a quase aproximação com as mulheres nos últimos dois períodos indicam que a escravidão estava com seus dias contados, o que significava uma ameaça para os charqueadores menos preparados.

GRÁFICO 1 – Preço dos escravos entre 15 e 40 anos (1850-1885)



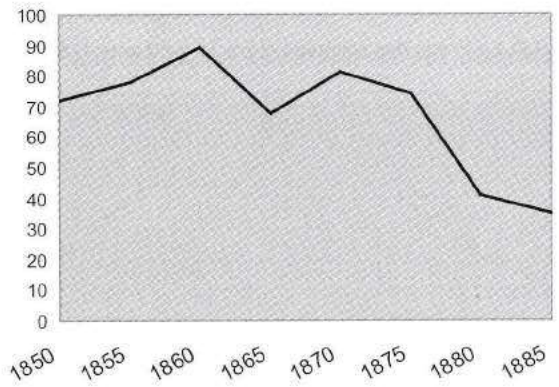
Fonte: Inventários post-mortem de Pelotas (APERS)

Esta alta dos preços dos cativos na década de 1860, como outros autores já trataram, teve como uma das causas a diminuição da oferta desta mercadoria e da corrida de comerciantes para adquirir cativos e revendê-los aos grandes centros agroexportadores do sudeste.[25] Como demonstrarei adiante, este aumento do valor dos escravos dificultou o acesso dos pequenos proprietários ao tráfico interno como compradores, reservando-lhes o papel de vendedores nestas transações. Isto se refletiu no número de inventários com escravos ao longo do período. O Gráfico 2 demonstra que a porcentagem deles começou a sofrer uma grande baixa a partir da década de 1870, ou seja, após o aumento do valor dos cativos e justamente no período em que Pelotas perdeu mais escravos, a segunda metade da década mencionada. Soma-se a isto o fato da Lei do Ventre Livre

25 Como, por exemplo, Bergad, Laird W. *Escravidão e História Econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Bauru: Edusc, 2004; Slenes, *op. cit.*, 1986.

(1871) ter vedado qualquer possibilidade de reprodução natural da escravaria, o que acelerou este processo.[26]

GRÁFICO 2 – Porcentagem de Inventários com escravos em Pelotas (1850-1885)



Fonte: Inventários post-mortem de Pelotas (APERS)

Esta concentração de cativos não se resume a um privilégio dos charqueadores sobre o restante da população. No interior do grupo dos próprios charqueadores, a concentração de renda e de mão de obra acentuou-se bastante nestas décadas finais da monarquia. De acordo com a Tabela 2, onde elenco somente inventários de charqueadores, é possível verificar que as maiores fortunas localizadas entre os mesmos situam-se exatamente no período da mencionada "crise" das charqueadas (a partir da década de 1870, quando as exportações começam a diminuir). As riquezas acima de 100 mil libras só começam a aparecer nos inventários deste período. No entanto, este enriquecimento foi acompanhado de um agravamento da desigualdade da distribuição das fortunas, denotando uma maior concentração das mesmas nas mãos de alguns charqueadores em índices superiores aos das décadas anteriores.

26 Em 1878, calculando o número de filhos de escravas nascidos após a Lei do Ventre Livre, o Diretor Geral de Estatística reconheceu que, se não fosse a mesma, o Brasil teria aumentado a sua população escrava em 90 mil cativos, até 1876. Caso a Lei não tivesse libertado o ventre, o Rio Grande do Sul teria aumentado 11.326 escravos neste mesmo intervalo de tempo (Relatório da DGE, *op. cit.*, 1878, p. 121).

TABELA 2 – Concentração de riqueza entre os charqueadores de Pelotas a partir dos inventários post-mortem, em libras esterlinas (%)

	Até 5.000		5.000 a 10.000		10.000 a 20.000	
	Inventários	Riqueza	Inventários	Riqueza	Inventários	Riqueza
1815-1845	16,6	4,1	33,3	18,9	33,3	30,7
1846-1855	14,2	2,4	21,4	5,9	14,2	9,9
1856-1870	-	-	26,6	7,5	20,0	11,5
1871-1885	26,6	1,9	6,6	1,4	20,0	5,9
1886-1900	25,0	1,3	12,5	1,5	12,5	3,2

	20.000 a 50.000		50.000 a 100.000		Mais de 100.000		Totais	
	Inventários	Riqueza	Inventários	Riqueza	Inventários	Riqueza	Inv.	Riq.
1815-1845	16,6	46,2	-	-	-	-	06	82.208
1846-1855	28,5	28,2	21,4	53,4	-	-	14	341.410
1856-1870	40,0	39,5	13,3	41,0	-	-	15	432.839
1871-1885	20,0	15,8	13,3	18,2	13,3	56,6	15	652.451
1886-1900	12,5	6,1	12,5	13,4	25,0	74,5	08	490.229
Totais							58	2.004.137

Fonte: Inventários post-mortem dos charqueadores de Pelotas (APERS)

Ainda de acordo com a Tabela 2, entre 1871 e 1885, 13,3% dos inventários concentravam 56,6% da riqueza. No período posterior, 25% dos inventariados detinham 74,5% dos bens. Entre 1871 e 1885, o limbo desta pirâmide econômica compunha 33,2% dos charqueadores que detinham somente 3,3% da riqueza e no último período 37,5% deles somavam somente 2,8% dos montantes. Portanto, fica evidente que tais patrimônios foram acumulados em detrimento da ruína econômica de outras famílias charqueadoras. É bem verdade que antes de 1870 já havia uma desigualdade na distribuição das riquezas, mas os índices de concentração dos últimos dois períodos e a diferença entre os que ocupavam o topo da hierarquia econômica e os que estavam na base tornaram-se muito maiores. Tanto entre 1846 e 1855, quanto entre 1856 e 1870, a fortuna do charqueador mais rico era 16 vezes maior que a do charqueador mais pobre. No entanto, entre 1871 e 1885, o montante do mais rico era 64 vezes maior que o do mais pobre, e no último período esta diferença atingiu 87 vezes!

A concentração de renda, que se acentuou na década de 1870, veio acompanhada de uma concentração de cativos e de um aumento da distância entre os maiores plantéis e os menores plantéis inventariados. Dividindo os inventários entre 1846 e 1885

em períodos de 10 anos, é possível verificar que no primeiro (1846-1855) 14% dos inventários possuíam 30% dos escravos, mas no terceiro (1865-1875), 16% dos inventários detinham 49% dos escravos. No decênio seguinte, 2 charqueadores (28% dos inventariados) possuíam 60% dos escravos. Mas se um diminuto topo conseguiu manter plantéis superiores a 150 cativos em todas as décadas, na parte de baixo desta pirâmide percebe-se que o número de charqueadores com plantéis menores que 25 escravos aumentou ao longo do tempo. De 1846 a 1870, somente 2 inventariados apresentaram este índice. Mas entre 1871 e 1885, 6 proprietários possuíam um plantel nesta faixa – considerada pequena para os padrões das charqueadas. Portanto, a desigualdade entre o maior escravista e o menor escravista aumentou muito durante as décadas. Enquanto na primeira faixa o proprietário de cativos possuía 3,1 vezes o plantel do último, na última faixa o plantel do maior era 19,8 vezes maior que o do último.

Portanto, o topo da elite charqueadora resistiu muito mais aos problemas relativos à mão de obra, o que não ocorreu com outros charqueadores menos afortunados. Esta concentração de renda ajudou a condicionar quem vendeu e quem comprou escravos após a extinção do tráfico atlântico. Isto não significa dizer que estes charqueadores da base da pirâmide perderam seus cativos para o sudeste cafeicultor. Depois de 1850, ocorreram muitas transações de cativos entre charqueadores e é isto que demonstrarei a seguir.

Um negócio entre poucas famílias...

Conforme mencionei anteriormente, até 1874 a população cativa da Província apresentou índices crescentes. Portanto, foi após esta data que as estatísticas apontam uma queda do número de escravos e um aumento da saída de escravos rio-grandenses para o sudeste. A partir de agora analisarei as escrituras públicas de compra e venda de escravos e as procurações de venda de cativos realizadas no município de Pelotas. O primeiro corpo documental engloba o período de 1850 a 1884, e reúne os negócios efetuados diretamente entre ambas as partes envolvidas.[27] O segundo grupo de fontes debruça-se sobre as vendas realizadas por procuração, reunidas exclusivamente nos Livros de Procurações, e elencam o período entre 1874 e 1880. São nestes documentos que o tráfico interprovincial se torna mais nítido.[28] Observando esta fonte é possível perceber que boa parte

27 Livros de Transmissões e notas, Registros Diversos e Registros Ordinários do 1º, 2º e 3º Tabelionatos de Pelotas, Fundo 48, APERS.

28 Sobre este tipo de transações ver também Slenes, *op. cit.*, 1976, p. 155-158; Scheffer, *op. cit.*, 2011, p. 2.

dos procuradores encarregados de vender os escravos era de fora de Pelotas.[29] Antes de começar a análise é necessário dizer que não descarto o fato de que negociações não registradas em cartório deviam ocorrer. Até a década de 1860, as escrituras de compra e venda de escravos não eram obrigatórias e isto deve ser levado em conta. Entretanto, foi na década de 1870 que a população cativa de Pelotas começou a diminuir. Mesmo com a impossibilidade de trabalhar com os sub-registros e as lacunas documentais, creio que as escrituras públicas e as procurações aqui analisadas fornecem uma base aproximada do volume de escravos que Pelotas perdeu para o tráfico interprovincial. Ao final deste texto trarei dados que reforçam esta afirmação.[30]

As escrituras públicas de compra e venda de escravos em Pelotas, entre 1850 e 1884, reúnem 50 transações envolvendo 334 cativos (Tabela 3). A maior negociação envolveu 56 escravos numa única escritura, quando além dos negros cativos, o charqueador Cipriano Rodrigues Barcellos e o seu genro e sócio Domingos Pinto Mascarenhas também venderam o seu estabelecimento com todos os pertences, potreiros e o iate *Benjamim* para Cândido Antônio Barcellos.[31] Mas 29 escrituras, ou 58% das mesmas, envolviam somente um escravo, perfazendo a maioria das escrituras. No entanto, reunidas elas englobavam somente 8,6% dos cativos negociados.

Analisando estes mesmos documentos para outros municípios do Rio Grande do Sul, Rafael Scheffer trouxe números importantes sobre o comércio interno na Província e que possibilitam algumas comparações. Se entre 1850 e 1884, Pelotas teve 334 cativos negociados, Porto Alegre, entre 1854 e 1884, teve 1739 escravos transacionados. Para o mesmo período, Rio Grande teve 487, Cruz Alta 549 e Alegrete

29 Livros de Procurações do 1º, 2º e 3º Tabelionatos de Pelotas e 3º e 4º Distrito de Pelotas, Fundo 48, APERS. Também existe um número diminuto de procurações deste tipo nos livros de Registros Ordinários, na década de 1860, mas não os incluí na presente análise por privilegiar o período de maior saída de cativos. Além do mais, os livros específicos de procurações iniciam-se exatamente no ano de 1874 e se estendem até o período republicano. No entanto, não localizei nenhuma venda por procuração a partir de 1881, daí o marco temporal final de 1880. Tal fenômeno explica-se pelo fato de que entre 1879 e 1880, as Assembleias Legislativas de São Paulo e Minas Gerais votaram impostos de 1:000$ a 2:000$ por cada escravo entrado nas suas Províncias (Bakos, *op. cit.*, p. 67). Tal medida diminuía muito os lucros obtidos no tráfico, inibindo-o.

30 Ao contrário do Rio de Janeiro e de São Paulo: por exemplo, no Rio Grande do Sul não vigorou uma taxa fixa para a cobrança das meias-sisas – imposto de transmissão de escravos. O valor cobrado era de 6% sobre as transações. A ausência de uma taxa fixa nos impossibilita calcular o número de escravos negociados por município a partir do total arrecadado nas coletorias, como fez Slenes para o Rio de Janeiro (Slenes, *op. cit.*, 1986, p. 121-124).

31 Transmissões e Notas, Pelotas, 1º Tabelionato, Fundo 48, Livro 9 – APERS, p. 105.

139 cativos comercializados.[32] A partir destes dados percebe-se que os índices da capital são muito altos se comparados aos outros municípios. Analisando os dados dos Relatórios da DGE percebe-se que Porto Alegre está entre os municípios que mais perderam cativos na década de 1870, enquanto Pelotas posiciona-se entre os que menos perderam.[33] Portanto, se os escravistas de Porto Alegre estiveram mais vulneráveis ao comércio interno, os de Pelotas conseguiram resistir mais a tais transações, seja para fora do município, seja para fora da Província.

TABELA 3 – Escravos negociados por escritura em Pelotas (1850-1884)

Escravos por escritura	Escrituras		Escravos	
1	29	58,0%	29	8,6%
2	9	18,0%	18	5,3%
3	1	2,0%	3	0,9%
4	1	2,0%	4	1,2%
De 10 a 20	4	8,0%	61	18,2%
De 21 a 30	2	4,0%	54	16,2%
De 31 a 40	2	4,0%	67	20,3%
De 41 a 50	1	2,0%	42	12,5%
De 51 a 60	1	2,0%	56	16,8%
Total	50	100%	334	100%

Fonte: Livros de Transmissões e notas, Registros Diversos e Registros Ordinários do 1º, 2º e 3º Tabelionatos de Pelotas, Fundo 48, APERS.

Apesar da riqueza dos dados analisados por Scheffer, não é possível saber, a partir de sua pesquisa nos registros de notas, quem eram os senhores dos cativos negociados. Na presente pesquisa, uma conclusão mais aprofundada sobre o impacto da saída de escravos em Pelotas baseada nestes documentos deveria elencar o perfil dos vendedores e a procedência dos compradores. No entanto, este corpo documental não traz muitas informações a este respeito. Mas como venho pesquisando há anos a população e as elites de Pelotas e possuo uma base de dados com centenas de nomes de habitantes (composta por diferentes fontes pesquisadas), consegui determinar ao menos os que são estabelecidos no município.

32 Scheffer, Rafael da Cunha. Comércio de escravos no Rio Grande do Sul (1850-1888): transferências intra e interprovinciais, perfis de cativos negociados e comerciantes em cinco municípios gaúchos. V *Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Porto Alegre, UFRGS, 2011, p. 2. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br>.

33 Relatório de 1878, *op. cit.*, p. 142.

Das 50 escrituras relacionadas, pelo menos 25 (50%) possuíam compradores que residiam no próprio município. Entretanto, estas 25 pessoas compraram 303 escravos, ou seja, 90,7% do total. Portanto, a grande maioria dos escravos negociados nas escrituras permaneceu no município e não foi enviada para o sudeste do Brasil. Dos outros 9,3% de cativos que foram vendidos para proprietários que creio serem de fora do município, nenhum pertencia a um charqueador. Portanto, de acordo com este corpo documental, nenhum dos escravos vendidos para fora de Pelotas (e da Província) fazia parte do plantel de alguma charqueada. Dos 31 escravos vendidos para fora de Pelotas, 17 eram homens e 14 mulheres. Além do mais, 20 deles foram negociados após 1874.

Contudo, isto não significa que os charqueadores não vendessem seus escravos. Das 50 escrituras, 19 apresentaram estes proprietários envolvidos como compradores e 11 como vendedores, sendo que destas vendas, 10 foram para charqueadores. O total de escravos negociados entre dois charqueadores ou entre um charqueador e um familiar próximo são de 279 cativos, ou seja, 83,5% dos escravos negociados pertenciam aos charqueadores e, portanto, foram transferidos de um proprietário para outro. Tal índice revela uma enorme concentração nestas transações, mas também que alguns destes empresários vinham sentindo as dificuldades financeiras do período, tendo que repassar parte do seu patrimônio para outros concorrentes.

Portanto, estas transações revelam que a grande maioria destes escravos continuou a permanecer no município. Cruzando estes dados com os verificados anteriormente sobre a concentração de renda e de cativos, é possível perceber que os charqueadores compradores eram exatamente os mais ricos do grupo inventariado ou os seus próprios filhos. Juntos, José Antônio Moreira, João Simões Lopes, Antônio José da Silva Maia, Dr. Antônio José Gonçalves Chaves, Aníbal Antunes Maciel, Antônio José de Oliveira Castro, Possidônio Mâncio Cunha e Cândido Antônio Barcellos compraram 58,6% de todos os escravos negociados no período ou 70,3% dos escravos negociados somente entre charqueadores. Portanto, os charqueadores mais pobres tiveram sua escravaria drenada pelos charqueadores mais ricos. Estas transações foram intensas nas três primeiras décadas e tenderam a cair na última, pois 105 cativos foram vendidos nos anos 1850, 90 nos anos 1860, 96 na década de 1870 e 43 na de 1880.

Como mencionei anteriormente, para obter uma visão mais privilegiada do tráfico interprovincial é necessário analisar as procurações de venda de escravos assinadas em Pelotas para outras localidades. A partir da leitura das mesmas, localizei

382 escravos sendo negociados por procuração entre 1874 e 1880.[34] Trata-se de um número muito grande de cativos negociados num curto espaço de tempo e que supera de longe as transações realizadas nas escrituras públicas analisadas anteriormente. Pouco mais de 90% das procurações analisadas negociam somente um escravo. As demais envolvem mães com filhos menores ou no máximo dois escravos. Além do mais, os anos iniciais apresentaram um fluxo de vendas maior que os finais, demonstrando que no fim da década de 1870 a inserção de Pelotas no tráfico interno vinha se enfraquecendo.[35]

A partir das procurações que pesquisei em Pelotas foi possível localizar 169 indivíduos ou firmas diferentes envolvidas neste comércio. Destes, 104 (61,5%) negociaram somente 1 escravo e não voltaram a aparecer nos registros. Portanto, assim como no tráfico atlântico, analisado por Berute, o comércio interno também apresentou uma forte presença de negociantes eventuais.[36] Mas no topo deste grupo, 5 comerciantes concentraram 47% dos escravos transacionados. Só a firma Bastos, Souza & Cia negociou 96 dos 382 cativos ou 25,1% do total. Em seguida, aparecem Angelino Soveral com 29 escravos negociados, João José Ribeiro Guimarães com 21 cativos, Leivas, Saraiva & Cia com 20 e Duarte Souza & Cia com 16.

Rafael Scheffer também analisou as procurações de venda de escravos para alguns municípios da Província. A partir de sua pesquisa é possível tecer duas considerações. A primeira é que as regiões litorâneas como Rio Grande, Porto Alegre e Pelotas apresentaram um vínculo mercantil maior com o Rio de Janeiro, ao contrário dos municípios localizados mais para a fronteira noroeste como Alegrete e Cruz Alta. A segunda consideração diz respeito aos comerciantes dos cativos. Assim como em Pelotas, na maioria dos outros municípios um pequeno grupo concentrou uma fatia significativa dos negócios. Em Cruz Alta, por exemplo, um comerciante foi responsável por 1/3 dos escravos vendidos por procuração. Em Porto Alegre, Faustino de Oliveira Guimarães concentrou 20,1% dos mesmos.[37] Sobre estes principais comerciantes foi possível perceber que eles se especializaram em suas rotas mercantis,

34 Na realidade localizei 403 cativos sendo negociados. Entretanto, 21 deles tratavam-se dos mesmos escravos sendo vendidos outra vez pelo mesmo senhor, o que indica que a primeira transação havia fracassado.

35 Como se pode verificar: em 1874 (42 cativos vendidos), em 1875 (115), em 1876 (116), em 1877 (41), em 1878 (33), em 1879 (31) em 1880 (4).

36 Berute, *op. cit.*, 2011.

37 Scheffer, *op. cit.*, 2011.

pois os principais agentes mencionados por Scheffer para Cruz Alta, Alegrete, Porto Alegre e Rio Grande não eram os mesmos que atuaram em Pelotas, por exemplo.

Retornando para a minha análise acerca das procurações de Pelotas, verifica-se que nem todos os negócios envolviam a saída de escravos de Pelotas para o exterior da Província. Dos 382 escravos negociados por procuração, 83 (21,7%) não pertenciam a senhores de Pelotas. Tratavam-se, na verdade, de proprietários de municípios vizinhos que foram até Pelotas para venderem seus escravos ou enviaram procuradores para tal fim.[38] Esta simples informação revela que Pelotas, como núcleo urbano e comercial de destaque na Província, também era um polo que reunia muitos compradores de cativos. Portanto, ao invés de somente adentrarem o interior da Província procurando escravos para comprar, creio que os traficantes também permaneciam em Pelotas e Rio Grande à espera dos mesmos.[39]

Portanto, como 83 dos 382 escravos pertenciam a senhores de outros municípios, somente 299 eram de proprietários de Pelotas. Mas ainda é necessário fazer outra ressalva. Destes 299 escravos, 47 foram vendidos por procuração para municípios da própria Província, ou seja, não entraram no circuito do tráfico interprovincial. Destes 47 escravos, 18 eram de distritos rurais de Pelotas e foram vendidos na própria cidade.[40] Trata-se de uma outra modalidade de comércio que poderia ser chamada de *intramunicipal* e que transferia mão de obra de pequenos senhores de áreas rurais para outros mais bem capitalizados. Infelizmente não é possível saber quais proprietários em Pelotas foram os compradores destes escravos, pois o documento traz apenas o nome do procurador, autorizando-o a vendê-lo pelo maior preço possível. Mas como vimos que um grupo de charqueadores drenou boa parte dos cativos comercializa-

38 Os mais destacados eram Canguçu (22), Piratini (17), Caçapava (7) e Jaguarão (5).

39 Destes 83 escravos que pertenciam a senhores de fora de Pelotas, somente 14 tiveram procurações assinadas para serem vendidos exclusivamente em Pelotas. Portanto, a maioria era destinada para outros mercados, sobretudo no sudeste do Império. Destes 83 cativos, 66 tiveram procurações passadas para serem vendidos no sudeste. Estas podiam aparecer como procurações passadas para o Rio de Janeiro (15 casos) ou "qualquer parte do Império" (51 casos). Cruzando o nome dos agentes envolvidos neste comércio, creio que os escravos encaminhados para "todo o Império" também eram enviados para o Rio e daí para os cafezais do sudeste. Tal definição devia ser necessária para não causar empecilho nos casos dos escravos serem vendidos em São Paulo com a mesma procuração.

40 Destes 47 escravos, 6 foram vendidos para Rio Grande, 5 para Porto Alegre, 3 para Alegrete, 2 para Santa Vitória do Palmar, 1 para Santa Maria, 1 para Bagé, 1 para Canguçu e o restante tiveram procurações para serem vendidos em qualquer parte da Província. Algumas destas transações são realizadas entre parentes.

dos pelas escrituras públicas, é possível que alguns deles possam ter comprado estes escravos também.

Portanto, dos 382 escravos negociados, 252 (66%) pertenciam a proprietários pelotenses e foram remetidos por procuração para o sudeste do Brasil.[41] Como estou interessado no tráfico interprovincial e na participação do plantel dos charqueadores no mesmo, analisarei somente este grupo de cativos. É somente nele que encontrei charqueadores vendendo escravos. Destes 252 cativos, 92 eram mulheres e 160 eram homens. Portanto, as mulheres também compuseram de forma significativa o grupo de escravos remetidos para o sudeste, pois totalizaram 36,5% dos cativos vendidos. As idades destes escravos vão desde crianças de poucos anos negociadas juntamente com suas mães até adultos de 52 anos. Separando somente os escravos entre 15 e 40 anos temos 69 mulheres (75% das negociadas) e 120 homens (75% dos negociados).

Quanto à naturalidade dos escravos, verifica-se que somente 10 não apresentaram tais informações. Do restante, 218 (90%) haviam nascido no Rio Grande do Sul, mas também existiam crioulos provenientes de outras Províncias, como Bahia (6), Pernambuco (4), Mato Grosso (1), São Paulo (1), Maranhão (1), Minas Gerais (1), Paraná (1) e Santa Catarina (1). Do grupo total de escravos negociados, somente 7 eram africanos, ou seja, 2,7%. Trata-se de um índice bastante pequeno para uma localidade onde a presença de africanos nos inventários após 1850 alcançou uma média de 31,8%.[42] As fontes não revelam se havia uma preferência dos comerciantes por escravos crioulos e se os mesmos seriam mais fáceis de serem vendidos aos cafeicultores, mas outras pesquisas podem contribuir com este ponto.[43]

O fato é que a análise da naturalidade dos cativos revela que alguns deles, como o carneador João Baiano, migraram forçosamente para outra região pela segunda vez, vivenciando uma realidade socioeconômica e cultural distinta. É possível que João tivesse trabalhado cortando cana ou plantando fumo na Bahia ou até mesmo em um

41 Destas 252 procurações, 249 foram assinadas para o Rio ou Império, 2 para São Paulo ou Rio e 1 exclusivamente para Minas Gerais. Como já mencionei, as procurações enviadas para o Império também envolviam comerciantes estabelecidos no Rio.

42 Pessi, Bruno S. Estrutura da posse e demografia escrava em Pelotas entre 1850 e 1884. *V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Porto Alegre, UFRGS, 2011, p. 14. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br>.

43 Estudando o tráfico interno em Mariana, Camila Flausino localizou 10,9% de africanos sendo negociados na década de 1860 e 9,3% na década de 1870 (Flausino, *op. cit.*, p. 80). Mas estas transações não envolviam regiões não cafeicultoras para regiões cafeicultoras, como a totalidade das transações de Pelotas, por exemplo.

engenho de açúcar de algum proprietário empobrecido. Chegando em Pelotas, foi empregado na charqueada de Junius Brutus de Almeida, onde teve que aprender o ofício de carneador e adaptar-se ao rigoroso inverno da região. Em 1875, o destino lhe reservara outra viagem sem volta. Desta vez, João Baiano foi vendido para comerciantes cariocas para provavelmente servir como mão de obra em alguma fazenda de café, em São Paulo.

Quanto às profissões dos mesmos 252 escravos, 81 não apresentaram informações ou não possuíam ofícios.[44] Entre os homens, havia 37 campeiros, de longe o grupo mais representativo. Também merecem destaque os cozinheiros (11), os copeiros (10), os roceiros (8), os serventes (6), os marinheiros (5), os serviçais domésticos (5) e os carpinteiros (4). Entre as mulheres, as cozinheiras eram as mais vendidas, somando 20 cativas. As mesmas eram seguidas pelas serviçais domésticas (16), as costureiras (8), as lavadeiras (8), as mucamas (3) e as engomadeiras (2). É possível verificar que, apesar do número significativo de campeiros, uma boa parte dos escravos exercia atividades mais vinculadas aos serviços domésticos.

A partir das profissões elencadas acima já é possível extrair conclusões sobre a pouca participação das charqueadas no tráfico interprovincial. Para matizar melhor estas informações, separei todos os senhores dos 252 escravos vendidos em dois grupos: os charqueadores e os não charqueadores. Do total de escravos, somente 29 (ou 11,5%) pertenciam ao grupo dos charqueadores, que reunia 19 proprietários. O empresário que mais vendeu cativos para o sudeste foi Junius Brutus de Almeida, que remeteu 6 escravos. José Antônio Moreira Júnior vendeu 3, e mesmo assim foram cativos herdados do seu avô. Outros 3 charqueadores venderam 2 escravos cada. O restante perdeu somente um escravo para os cafezais do sudeste.

Arrolando o sexo e a profissão dos escravos vendidos, a participação do plantel das charqueadas no tráfico torna-se ainda mais irrisória. Dos 29 escravos negociados, 4 eram mulheres, sendo uma doméstica, uma cozinheira e outras duas sem ocupação declarada. Portanto, não estavam vinculadas diretamente ao rude serviço das charqueadas. Sobram, portanto, 25 homens. Para 7 deles não foi declarada a ocupação. Do restante, havia 4 campeiros, 4 marinheiros, 3 copeiros, 3 carneadores, 2 cozinheiros, 1 cangueiro, 1 calafate e 1 carpinteiro. Não é possível saber se os escravos campeiros estavam exercendo seus ofícios nas charqueadas ou nas estâncias dos seus

44 Dos que não tiveram a ocupação declarada no documento, 37 eram maiores de 14 anos, 22 tinham 14 anos ou menos e 6 não tiveram a idade revelada. Dos que foram classificados como "sem ofício", 13 possuíam 14 anos ou menos e 3 eram maiores de 14 anos.

senhores localizadas em outros municípios. Apesar da importância de todos os escravos arrolados, é necessário dizer que havia somente 3 carneadores, ofício diretamente vinculado ao trabalho no interior das charqueadas, entre os cativos vendidos para o sudeste. A venda de cozinheiros, copeiros e domésticas talvez revele que alguns charqueadores preferiam abrir mão de uma vida senhorial rodeada por serviçais, a ter que diminuir a mão de obra especializada em suas fábricas. Tal fenômeno contraria em parte o que argumentou Fernando Henrique Cardoso ao defender que foi a persistência de um *ethos* senhorial e não uma mentalidade mais capitalista um dos responsáveis pela crise das charqueadas.[45]

Portanto, dos 252 escravos que Pelotas perdeu para o tráfico inter-provincial entre 1874 e 1880, somente 29 pertenciam a charqueadores e destes só 3 eram carneadores. Pode-se somar a estes os campeiros e marinheiros, economicamente importantes, mas que prestavam serviços principalmente fora dos galpões de charquear. Estes 11 cativos perfazem 4,3% dos escravos que Pelotas perdeu para o tráfico inter-provincial e representam 0,07% dos 15.448 cativos que a Província inteira perdeu por óbitos, alforrias e tráfico interno, entre 1874 e 1884.

Portanto, se as charqueadas participaram do tráfico inter-provincial de escravos, certamente não foram como vendedoras, mas sim como compradoras de cativos. Investigando os dados referentes à naturalidade dos escravos nos inventários de charqueadores abertos após 1872, é possível verificar uma significativa parcela de cativos "nordestinos" nos plantéis das charqueadas.[46] Dentre os 142 escravos do plantel do Barão de Butuí, 18 (12,6%) eram naturais do nordeste. Tratava-se de 16 cativos baianos, 1 sergipano e 1 cearense. Do plantel de 120 escravos do coronel Aníbal Antunes Maciel, 7 (6%) eram nordestinos, sendo 4 baianos e 3 pernambucanos. Mas não eram somente os charqueadores ricos que participavam ativamente deste tráfico. No plantel de um charqueador como Domingos Soares Barbosa, que apresentou uma fortuna mediana de 9 mil libras, este índice foi de 19,5%. Dos seus 83 escravos, 9 eram cearenses, 3 baianos, 3 pernambucanos e 1 paraibano. Portanto, quase 1/5 do seu plantel havia sido

45 Cardoso, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 170-185.

46 Como é sabido, deste ano em diante, as cópias das matrículas dos escravos deviam ser obrigatoriamente anexadas aos inventários. Estes documentos trazem informações importantes acerca das profissões, naturalidade, filiação dos cativos, entre outros.

comprado de senhores nordestinos.[47] Esta entrada de cativos de outras Províncias para o Rio Grande do Sul também foi verificada por Rafael Scheffer. Ao analisar as escrituras de notas em Rio Grande, o autor verificou que 25% dos escravos negociados vinham de outras Províncias, sendo o Rio de Janeiro o principal fornecedor de cativos, com 13,7%, seguido por Pernambuco, Santa Catarina e a Bahia.[48]

Não é difícil concluir que ao invés de perder escravos para os cafezais, como se defendeu, os charqueadores foram responsáveis, mesmo que em menor medida, por drenar os cativos do nordeste, o que de certa forma inverte as explicações clássicas sobre a relação da mão de obra escrava, a crise nas charqueadas e sua inserção no tráfico interno. Na década de 1870, Pelotas ainda era uma grande compradora de cativos. Em 1876, por exemplo, 217 escravos haviam entrado no município,[49] ou seja, muito mais do que os 116 vendidos por procuração para os cafezais do sudeste naquele mesmo ano. Analisando também a segunda metade da década de 1870, Rafael Scheffer verificou que 29,6% das procurações para venda de escravos passadas em Alegrete, município rio-grandense da fronteira oeste, autorizavam a negociação dos mesmos em Pelotas.[50] Tal fluxo que tinha como destino Pelotas deve ter se repetido em outros municípios do interior do Rio Grande do Sul, pois Pelotas foi a localidade da Província que apresentou o maior êxito em retardar a perda de cativos durante o auge do tráfico inter-provincial. Comparando os dados da população escrava no Rio Grande do Sul entre 1859 e 1884, percebe-se que Pelotas foi um dos dois municípios que não tiveram sua população cativa diminuída neste intervalo de tempo.[51] Além do mais, em 1884, Pelotas constituía-se no município com o maior número de escravos na Província, lugar que havia sido ocupado por Porto Alegre na década precedente.[52]

Portanto, além de estender seus braços para o exterior da Província, comprando cativos do nordeste, um pequeno grupo de charqueadores parecia estar drenando parte da escravaria dos municípios vizinhos e da própria população pelotense. Este

47 Inventário do Barão e da Baronesa de Butuí. N. 647, m. 41, 1º cartório de órfãos e provedoria, Pelotas, 1867/1877 (APERS); Inventário de Aníbal Antunes Maciel, N. 815, m. 48, 1º cartório de órfãos e provedoria, Pelotas, 1875 (APERS); Inventário de Domingos Soares Barbosa. N. 943, m. 54, 1º cartório de órfãos e provedoria, Pelotas, 1881 (APERS).

48 Scheffer, *op. cit.*, 2011, p. 16.

49 Relatório da DGE, *op. cit.*, 1878, p. 142.

50 Scheffer, *op. cit.*, 2011, p. 6.

51 Bakos, *op. cit.*, p. 22-23. O outro município foi Santa Maria.

52 Relatório da DGE, *op. cit.*, 1878, p. 142.

fenômeno não é uma peculiaridade sul-rio-grandense. Em outras Províncias, grandes proprietários de terra conseguiram ter mais sucesso em manter os seus plantéis, em detrimento dos médios e pequenos proprietários.[53] Mas como já mencionei, em Pelotas nem todos conseguiram participar deste mercado como compradores, pois as crises que afetaram o setor desde a década de 1850 derrubaram muitas famílias charqueadoras. Um exemplo disto foi que na década de 1850 para a de 1880, somente 55% destas famílias permaneceram neste ramo de negócios.[54]

Não é possível saber a quantidade de escravos vendidos e comprados em Pelotas, cujas transações não foram registradas em cartório. Mas creio que as compras devem ter compensado as vendas, pois, conforme os dados que apresentarei agora, os números de escravos vendidos por Pelotas que analisei até aqui são próximos do que de fato o município teria perdido no período. Somando as vendas por procurações com as vendas por escrituras, é possível verificar que Pelotas perdeu 272 escravos entre 1874 e 1884. Estes números podem ser testados comparando a população cativa de Pelotas entre 1873 e 1884. Se em 1873 Pelotas teve 8.141 escravos matriculados e em 1884 contava com 5.918, significa que sofreu uma diminuição de 2.223 cativos no período. Esta diminuição foi resultado dos óbitos, das alforrias e das vendas para fora da Província. Entre 1874 e 1884, conforme Beatriz Loner, foram arrolados 1.175 óbitos de escravos em Pelotas.[55] Com relação às manumissões, Jorge Euzébio Assumpção localizou 893 escravos sendo libertados em Pelotas, entre 1874 e 1883.[56] Portanto, somando-se os óbitos, as alforrias e os escravos negociados, tem-se 2.340 cativos. É um número que supera os 2.223 cativos mencionados acima, mas apresenta uma margem de erro totalmente aceitável, uma vez que os censos e estatísticas da época não primavam por uma exatidão. A diferença também pode ter sido consequência da entrada de cativos em Pelotas que não foram registrados em cartório.

Portanto, estas cifras revelam que as alforrias e os óbitos foram os grandes responsáveis pela diminuição do número de cativos no município, perfazendo 38% e 50%

53 Richard Graham e Erivaldo Neves, por exemplo, demonstraram esta tendência para a Bahia (Graham, *op. cit.*; Neves, Erivaldo Fagundes. "Sampauleiros traficantes: comércio de escravos do alto sertão da Bahia para o Oeste cafeeiro paulista". *Afro-Ásia*, n. 24, 2000).

54 Vargas, Jonas Moreira. Os charqueadores de Pelotas, suas estratégias familiares e a transmissão de patrimônio (1830-1890). *Anais do XXVI Encontro Nacional de História*. São Paulo: USP, 2011.

55 Loner, *op. cit.*, p. 30.

56 Assumpção, Jorge Euzébio. *Pelotas: escravidão e charqueadas (1780-1888)*. Dissertação de mestrado. PPGH/PUC-RS, Porto Alegre, 1995, p. 290.

das perdas no período.[57] O mesmo se verifica no que diz respeito às charqueadas, pois numa pesquisa em andamento venho percebendo que o número de escravos alforriados por charqueadores na segunda metade do XIX foi muito maior que o de escravos vendidos pelos mesmos. Mas isto será analisado em uma outra ocasião.

Considerações finais

A partir da análise realizada, creio não ser possível considerar que uma das causas da crise das charqueadas foi a "realocação" de seus cativos para os cafezais do sudeste, como argumentou Leonardo Monastério.[58] A perda de mão de obra das charqueadas deu-se para outros charqueadores e não para fazendeiros de café. Tal visão subestima o potencial das elites que não estavam ligadas à produção agro exportadora, caso dos charqueadores. Estes, além de resistirem às investidas dos negociantes ávidos por levarem os escravos de outras Províncias para o sudeste, ainda participaram do tráfico inter provincial como compradores, auxiliando na significativa perda de cativos que afetou o nordeste brasileiro. Além do mais, os dados envolvendo os escravos alforriados e os falecidos (que somaram quase 90%) foram os grandes responsáveis pela diminuição da escravaria em Pelotas, entre 1874 e 1884, e não o tráfico interno.

A perda de escravos em Pelotas não foi num ritmo que provocasse uma crise abrupta nas charqueadas, até porque, como demonstrei, o papel das mesmas no tráfico inter-provincial foi pouco significativo. Entretanto, isto não significa que os charqueadores não enfrentaram problemas com relação à mão de obra. A Lei Eusébio de Queiroz e o posterior aumento dos preços dos cativos trouxeram maiores dificuldades à reposição dos escravos velhos, doentes e falecidos, e este certamente foi um dos muitos fatores que afetaram economicamente as charqueadas. As crises que afetaram estes estabelecimentos entre as décadas de 1850 e 1880 apresentaram diferentes motivos e intensidades. Elas foram consequência de alguns fatores que atingiram os produtores na década de 1850 e 1860, como a queda dos preços do charque, da perda do mercado consumidor do sudeste para os *saladeros* platinos e do encarecimento da mão de obra cativa. E de outros que se seguiram na década de 1870 e 1880, como a diminuição das exportações do produto. Soma-se a isto o fato de que, na década de 1870, mais de 80% da produção

57 É muito provável que tal afirmação também sirva para todo o Rio Grande do Sul, diminuindo o impacto do tráfico interno na escravaria provincial – defendido por Robert Conrad.

58 Monasterio, Leonardo. A decadência das charqueadas gaúchas no século XIX: uma nova explicação. *VIII Encontro Nacional de Economia Política*, Florianópolis: SEP, 2003.

charqueadora estava sendo vendida para os portos de Salvador e Recife. Neste sentido, qualquer estímulo negativo ao ponto de retrair este mercado acabava prejudicando a economia charqueadora. Epidemias de febre amarela e cólera morbus, o aumento dos valores dos fretes, a diminuição da mão de obra cativa no nordeste, as baixas do preço do açúcar na década de 1870, entre outros, representaram uma nítida ameaça aos empresários pelotenses, exigindo-lhes estratégias complexas e contínuas que somente algumas famílias possuíam condições de sustentar.[59]

Portanto, não houve uma crise nas charqueadas capaz de provocar um grande deslocamento de cativos rio-grandenses para o sudeste, como sugeriram Berenice Corsetti e Robert Slenes.[60] O aumento do fluxo de escravos rio-grandenses para o sudeste na década de 1870 realmente existiu, mas isto não significa que sua saída tenha sido consequência da crise nas charqueadas. Regiões inteiras não apresentavam conexões com o comércio de gado para Pelotas e muitas delas foram grandes perdedoras de cativos no período.[61] O Rio Grande do Sul, nesta época, era muito mais que um gigante campo destinado a engordar e abater bovinos. A economia provincial entre as décadas de 1850 e 1880 apresentou uma significativa produção de alimentos agrícolas que, além de abastecer o mercado interno na Província e fora dela, não dependia das pulsações da economia charqueadora.[62] Portanto, não é possível relacionar diretamente as subs-

59 Esta pesquisa ainda está em andamento. Resultados parciais foram apresentados na Jornada Acadêmica do Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ, 2010.

60 Uma boa crítica a esta ideia de "crise geral na economia pecuário-charqueadora sulina" na década de 1860 e da suposta "crise de braços" no Rio Grande do Sul defendidos por Corsetti foi realizada por Araújo, *op. cit.*, 2008.

61 Como, por exemplo, os municípios de Porto Alegre e São Leopoldo, que estão entre os que mais perderam escravos para o tráfico (Relatório da DGE, *op. cit.*, 1878, p. 142). Passo Fundo, Cachoeira do Sul e Triunfo, por exemplo, também sofreram uma enorme perda entre 1859 e 1884 (Bakos, *op. cit.*, p. 22-23).

62 Sobre a produção agrícola na Província ver Zarth, Paulo Afonso. *História Agrária do Planalto Gaúcho*. Ijuí: Editora Unijuí, 1997; Roche, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969; Farinatti, Luis Augusto. *Sobre as Cinzas da Mata Virgem: os lavradores nacionais na Província do Rio Grande do Sul (Santa Maria: 1845-1880)*. Dissertação de mestrado. PPGH/PUC-RS, Porto Alegre, 1999. Sobre como as exportações rio-grandenses de farinha, feijão e milho haviam se intensificado nas décadas de 1850 e 1860, chegando inclusive, em alguns anos, a superar Minas Gerais no abastecimento da Corte, ver Graça Filho, Afonso de A. *Os convênios da carestia: crises, organização e investimentos do comércio de subsistência da Corte (1850-1880)*. Dissertação de mestrado. PPGH/UFRJ. Rio de Janeiro, 1992, p. 33-34. Para uma análise da importância da produção agrícola rio-grandense na época ver Soares, Sebastião Ferreira. *Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos gêneros alimentícios no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977.

tanciais saídas de escravos da Província com a crise das charqueadas pelotenses sem verificar quais eram as regiões e os senhores que estavam perdendo cativos e quais os escravos do seu plantel estavam sendo vendidos.[63]

Portanto, os charqueadores formaram uma elite regional que resistiu o quanto pôde ao fim da escravidão. Entre os mesmos, houve um grupo de famílias com significativa riqueza, que superou as crises mencionadas, repassando seus prejuízos para outros charqueadores e estancieiros. Este diminuto grupo de cerca de dez famílias concentrou riqueza, escravos, títulos de nobreza, altos cargos políticos e investiu na educação superior de seus filhos, destacando-se mais que as outras. Além de estarem fortemente aparentadas entre si, muitas delas estabeleceram laços familiares com grandes comerciantes marítimos e elites políticas e econômicas de outras Províncias, como Rio de Janeiro e São Paulo. O seu estudo ajuda a reavaliar o papel das elites provinciais no interior do sistema político imperial e dos circuitos mercantis responsáveis pelo abastecimento das *plantations*, superando a visão de que as mesmas foram "coadjuvantes" no processo de construção do Estado Imperial e que sua importância econômica foi pouco significativa diante dos interesses agroexportadores da nação.

Bibliografia

Araújo, Thiago Leitão de. *Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila de Cruz Alta, Província do Rio Grande do Sul, 1834-1884)*. Dissertação de mestrado. PPGH/UFRGS, Porto Alegre, 2008.

Assumpção, Jorge Euzébio. *Pelotas: escravidão e charqueadas (1780-1888)*. Dissertação de mestrado. PPGH/PUC-RS, Porto Alegre, 1995.

Bakos, Margareth. *RS: Escravidão & Abolição*. Porto Alegre. Mercado Aberto, 1982.

63 Camila Flausino chegou a conclusões interessantes ao estudar o tráfico interno em Mariana. Contrariando uma historiografia tradicional que insistia na perda de cativos das regiões auríferas após a crise mineradora, a autora demonstrou que as transações de escravos foram, sobretudo, intramunicipais. Cerca de 61% dos cativos vendidos entre 1850 e 1886 permaneceram em Mariana. A tese de que os municípios cafeicultores drenaram os escravos das regiões auríferas também foi relativizada, pois somente 6,9% dos negociados tiveram como destino os cafezais (Flausino, *op. cit.*, p. 111-116).

BERGAD, Laird W. *Escravidão e História Econômica: demografia de Minas Gerais, 720-1888*. Bauru: Edusc, 2004.

BERUTE, Gabriel S. *Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790- c. 1825*. Dissertação de mestrado. PPGH/UFRGS, Porto Alegre, 2006.

_____. "O tráfico negreiro no Rio Grande do Sul e as conjunturas do tráfico atlântico, c. 1790 – c. 1830". *V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Porto Alegre, UFRGS, 2011. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br>.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil – 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CORSETTI, Berenice. *Estudo da charqueada escravista gaúcha no século XIX*. Dissertação de mestrado. PPGH/UFF, Niterói, 1983.

FARINATTI, Luis Augusto. *Sobre as Cinzas da Mata Virgem: os lavradores nacionais na Província do Rio Grande do Sul (Santa Maria: 1845-1880)*. Dissertação de mestrado. PPGH/PUC-RS, Porto Alegre, 1999.

FLAUSINO, Camila Carolina. *Negócios da Escravidão: tráfico interno de escravos em Mariana, 1850-1886*. Dissertação de mestrado. PPGH/UFJF, Juiz de Fora, 2006.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FRAGOSO, João. "O Império escravista e a República dos plantadores: Economia brasileira no século XIX, mais do que uma *plantation* escravista-exportadora". In: LINHARES, Maria Yedda (org.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

FRAGOSO, João L. R. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *Os convênios da carestia: crises, organização e investimentos do comércio de subsistência da Corte (1850-1880)*. Dissertação de mestrado. PPGH/UFRJ, Rio de Janeiro, 1992.

GRAHAM, Richard. Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil. *Afro-Ásia*, n. 27, 2002, p. 121-160.

GUTIERREZ, Ester J. B. *Negros, charqueadas & olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. Dissertação de mestrado. PPGH/PUC-RS, Porto Alegre, 1993.

MARTINS FILHO, Amilcar; MARTINS, Roberto B. "Slavery in a Nonexport Economy: nineteenth-Century Minas Gerais revisited". *The Hispanic American Historical Review*, vol. 63, n. 3, ago. 1983, p. 537-568.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O norte agrário e o Império (1871-1889)*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

MONASTERIO, Leonardo. "A decadência das charqueadas gaúchas no século XIX: uma nova explicação". *Anais do VIII Encontro Nacional de Economia Política*. Florianópolis: SEP, 2003.

MONASTÉRIO, Leonardo M. FHC errou? A economia da escravidão no Brasil meridional. *História e Economia – Revista Interdisciplinar da Brazilian Business School*. São Paulo, vol. 1, n. 1, 2005, p. 13-28.

MOTTA, José Flávio; MARCONDES, Renato. O comércio de escravos no Vale do Paraíba Paulista: Guaratinguetá e Silveiras na década de 1870. *Estudos Econômicos*, vol. 30, abr./jun. 2000, p. 267-299.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Sampauleiros traficantes: comércio de escravos do alto sertão da Bahia para o Oeste cafeeiro paulista. *Afro-Ásia*, n. 24, 2000.

OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da Estremadura Portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Tese de doutorado. PPGH/UFF, Niterói, 1999.

PESSI, Bruno S. Estrutura da posse e demografia escrava em Pelotas entre 1850 e 1884. *V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Porto Alegre, UFRGS, 2011. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br>.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

SCHEFFER, Rafael da Cunha. *Tráfico interprovincial e comerciantes de escravos em Desterro, 1849-1888*. Dissertação de mestrado. PPGH/UFSC, Florianópolis, 2006.

_____. "Comércio de escravos no Rio Grande do Sul (1850-1888): transferências intra e interprovinciais, perfis de cativos negociados e comerciantes em cinco municípios gaúchos". *V Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Porto Alegre, UFRGS, 2011. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br>.

SILVA, Ricardo Tadeu Caíres. "A participação da Bahia no tráfico interprovincial de escravos (1851-1881)". *III Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, 2007. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br>.

SLENES, Robert W. *The demography and economics of Brazilian slavery: 1850-1888*. Tese de Doutorado, Stanford, Stanford University, 1976.

_____. "O que Rui Barbosa não queimou: novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX". *Estudos Econômicos*, vol. 13, n. 1, jan./abr. 1983, p. 117-149.

_____. "Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da Província do Rio de Janeiro, 1850-1888". In: COSTA, Iraci (org.) *Brasil: história econômica e demográfica*. São Paulo: IPE, USP, 1986.

_____. "The Brazilian internal slave trade (1850-1888). Regional economies, slave experience and the politics of a peculiar market". In: JOHNSON, W. *The Chattel Principle. Internal slave trades in the Americas*. Londres: Yale University Press, 2004, p. 325-370.

SOARES, Sebastião Ferreira. *Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos gêneros alimentícios no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977.

VARGAS, Jonas Moreira. "Os charqueadores de Pelotas, suas estratégias familiares e a transmissão de patrimônio (1830-1890)". *Anais do XXVI Encontro Nacional de História*. São Paulo: USP, 2011, no prelo.

ZARTH, Paulo Afonso. *História Agrária do Planalto Gaúcho*. Ijuí: Editora da Unijuí, 1997.

PARTE IV

Experiências de trabalho durante a escravidão – cativos, libertos e livres